



Comissão pode votar reforma da CLT na próxima semana

Em reunião tensa, presidente da Comissão de Assuntos Econômicos decidiu considerar lido o relatório, depois de oposição impedir a apresentação

Tentativa de leitura do relatório de Ricardo Ferraço sobre a reforma trabalhista gerou forte tensão. O presidente da CAE, Tasso Jereissati, disse em Plenário que senadores de oposição foram agressivos, enquanto os opositoristas acusaram a comissão de desrespeitar o regimento ao dar o relatório como

lido. Presidente do Senado, Eunício Oliveira pediu diálogo e entendimento.

O relatório rejeita as 193 emendas de senadores para evitar que o projeto volte à Câmara. Ferraço recomenda à Presidência da República vetar temas como gestante em ambiente insalubre, trabalho intermitente e negociação do intervalo intrajornada.

Debate entre economistas mostra visões opostas

Para sindicalistas, mudança beneficia apenas patrões

4 e 5



Marcos Oliveira/Agência Senado

Apresentação do relatório de Ferraço (D) provocou discussão na CAE e Tasso (C) chegou a suspender a reunião



Jonas Pereira/Agência Senado

Mesmo com tentativa de obstrução, Plenário aprovou projeto de lei de conversão

Vai a sanção mudança em áreas de conservação no Pará e em SC

O Senado aprovou a medida que transforma parte da Floresta Nacional do Jamanxim, no Pará, em área de proteção ambiental. A

MP também altera os limites do Parque Nacional de São Joaquim (SC), que passa a se chamar Parque Nacional da Serra Catarinense. **3**

Barroso defende meio ambiente saudável como direito de todos

Em evento internacional no Senado, o ministro do STF Luís Roberto Barroso afirmou que as regras constitucionais

sobre proteção ambiental e desenvolvimento, em alguns casos, são divergentes. Cabe aos juízes, disse ele, ponderação. **7**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Jorge Viana, Barroso, Rose de Freitas, Herman Benjamin e Davi Alcolumbre

Casa cumpre decisão do Supremo sobre Aécio, diz Eunício **3**

Projeto prevê data alternativa para concurso público **8**

Criminalização de movimentos sociais em análise amanhã **7**

MEC deve explicar redução de inscritos no Enem 2017 **8**

Correção das contas do FGTS pode vir a ser feita pela taxa Selic

O texto de Antonio Anastasia foi aprovado na Comissão de Educação e seguirá para a de Assuntos Sociais. Para o senador, que quer vedar novas possibilidades de saques, o maior problema do fundo é o baixo rendimento. **8**



Geraldo Magela/Agência Senado

Anastasia com Ana Amélia, que relatou outro texto sobre o tema

Escolas públicas recebem material do Jovem Senador

As 20 mil escolas estaduais de ensino médio do país começaram a receber o material de divulgação do Projeto Jovem Senador, estimulando os alunos a participar da iniciativa, que a cada ano leva 27 estudantes a Brasília para conhecer o funcionamento do Senado. **2**

Zona Franca passa a ter duas novas taxas de administração

O Plenário aprovou ontem a criação de duas novas taxas para a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Elas substituem a antiga taxa, que foi considerada ilegal pelo STF ano passado, e buscam aumentar a arrecadação do órgão. **3**

Texto fixa desconto na conta de água de famílias pobres **6**

Debate abordará fim do uso de animal em teste de cosmético **8**

Senadores discutem amanhã futuro da democracia **7**

Shopping pode ter de adaptar área de lazer a deficientes **2**

Palestra hoje mostra como cuidar de bebê com microcefalia **6**

Fernando Stumpf/Senado Federal



Gráfica do Senado trabalha na produção dos kits do Jovem Senador 2017, que serão enviados a 19,7 mil colégios do país

Escolas públicas recebem materiais do Jovem Senador

Regulamento, ficha de inscrição e peças de divulgação começam a ser enviadas às instituições de ensino médio. Concurso seleciona estudantes por meio de redação, que terá como tema a intolerância



AS 19.779 ESCOLAS públicas de ensino médio da rede estadual e do Distrito Federal começam a receber nesta semana o material de participação no Projeto Jovem Senador 2017. O programa seleciona anualmente, por meio de concurso de redação, 27 estudantes — um de cada estado do país e do Distrito Federal — para vivenciar o trabalho dos senadores em Brasília.

O concurso deste ano tem como tema “Brasil Plural: para falar de intolerância”. Após tomarem posse como jovens senadores, os estudantes selecionados participam de comissões e apresentam, discutem e votam propostas que podem ser transformadas em projetos de lei.

O programa é um projeto da Secretaria de Comunicação Social (Secom) do Senado, da Secretaria-Geral da Mesa e das Consultorias Legislativa e de Orçamento, com apoio

da Diretoria-Geral. O Jovem Senador conta com o suporte de 54 coordenadores nos estados e no Distrito Federal, que auxiliam na divulgação do concurso e fazem a interface entre as secretarias de Educação, as unidades escolares e a equipe organizadora do projeto em Brasília.

Os kits, que estão sendo enviados pela Secretaria de Relações Públicas, contêm o regulamento do projeto, ficha de inscrição, folha de redação, folheto de divulgação, cartaz e carta do presidente do Senado. As escolas que não receberem o material poderão baixá-lo na página do Jovem Senador, no endereço www.senado.leg.br/jovemsenador. Regionais e coordenações estaduais de ensino também receberão os kits, que devem alcançar 200 mil jovens estudantes de todo o país.

Como participar

Para participar do concurso, o estudante deve ter no máximo 19 anos, estar regularmente matriculado em escola pública estadual ou

do Distrito Federal no ensino médio e escrever uma redação, de 20 a 30 linhas, sobre o tema do ano. A programação completa está disponível no site do Jovem Senador. Neste ano, as inscrições vão de 1º de junho a 18 de agosto.

Dúvidas e sugestões sobre o Jovem Senador podem ser encaminhadas por e-mail. O Alô Senado (central de relacionamento do Senado com o cidadão) também presta informações. A ligação é gratuita e pode ser feita de qualquer ponto do país, das 8h às 19h, de segunda a sexta-feira.

SERVIÇO

- ▶ **Projeto Jovem Senador:**
www.senado.leg.br/jovemsenador
- ▶ **E-mail:**
jovemsenador@senado.leg.br
- ▶ **Vídeos:**
www12.senado.leg.br/jovemsenador/centralvideos
- ▶ **Cursos on-line:**
saberes.senado.leg.br
- ▶ **Alô Senado:**
0800 612211
- ▶ **WhatsApp:**
(61) 99187-2248
- ▶ **Telefones:**
(61) 3303-2995 e 3303-5960

Shoppings poderão ter que adaptar brinquedos

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) reúne-se hoje e deverá analisar o Projeto de Lei do Senado (PLS) 382/2011, que obriga shopping centers a destinar pelo menos 5% dos brinquedos e equipamentos de suas áreas de lazer a pessoas com deficiência.

De autoria do ex-senador Vital do Rêgo, o projeto original obrigava centros de compra a instalar brinquedos adaptados a crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nas áreas de lazer.

No entanto, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou substitutivo que incluía a obrigatoriedade na Lei de Acessibilidade, que já

prevê a destinação em parques de diversões públicos e privados. O voto da relatora da proposta e presidente da CDH, Regina Sousa (PT-PI), mantém a redação aprovada pela CAE.

A comissão pode votar também o PLS 24/2016, que determina a obrigatoriedade de manutenção de serviço de orientação para o aleitamento materno em hospitais e demais estabelecimentos de atendimento a gestantes, públicos ou particulares. O relatório, também de Regina, é favorável à proposta na forma de um substitutivo que exclui a determinação de que apenas profissionais habilitados

e capacitados para a função poderiam dar esse tipo de orientação.

Outro item na pauta da comissão o PLS 403/2016, de Romário (PSB-RJ), que altera a Lei 10.048/2000 para dar prioridade de atendimento às pessoas com câncer que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia, assim como acontece com idosos, gestantes e pessoas com deficiência. O relator, Paulo Paim (PT-RS), é favorável ao projeto.

Todos os projetos são terminativos, ou seja, se não houver recurso para votação em Plenário, seguem diretamente para a Câmara dos Deputados.

Sessão do Congresso para votar vetos é adiada para terça-feira

Foi adiada para terça-feira, às 19h30, a sessão do Congresso para analisar 17 vetos presidenciais, que estava marcada para hoje. Entre os vetos em pauta, está o parcial à lei de criação da Identificação Civil

Nacional (ICN), que unifica os documentos de identificação usados no Brasil. Entre os itens vetados, estão a gratuidade do novo documento e a exclusividade da Casa da Moeda no fornecimento da ICN.

Ana Amélia defende medida que permitiu saques do FGTS

A urgência da aprovação da medida provisória que autorizou os saques das contas inativas do FGTS foi destacada por Ana Amélia (PP-RS).



Senado, a MP 763/2016 perderá a validade em 1º de junho, podendo prejudicar os cerca de 15 milhões de trabalhadores nascidos entre setembro e dezembro, que podem perder o direito ao benefício.

— Caso não seja votada nos Plenários da Câmara e do

Telmário fala sobre Dia da Terra e cobra proteção à natureza

Telmário Mota (PTB-RR) lembrou o Dia Internacional da Terra, celebrado em 22 de abril para conscientizar sobre os problemas da poluição, do consumo desordenado da água e outras preocupações ambientais.



— A natureza não tem recebido respeito e cuidado. Está comprovado que, se o ser humano desaparecer da face da Terra, a natureza se recompõe. Ela sobrevive sem nós, mas nós não sobrevivemos sem ela — disse.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos proferidos por senadores no Plenário depois da ordem do dia serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- ▶ **CCT Banda larga**
8h30 A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática promove audiência interativa sobre política nacional de banda larga.
- ▶ **CAS Agentes de turismo**
9h A pauta da Comissão de Assuntos Sociais tem 15 itens, entre eles o PLS 55/2011, que regula o ofício de agente de turismo.
- ▶ **CTEC Instituição Fiscal Independente**
9h A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle vota a indicação de Rodrigo Octávio Orair para diretor da IFI. Depois, pauta de 14 itens.
- ▶ **CCI Eleições em caso de vacância**
10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pode votar a PEC 67/2017, sobre eleições diretas para a Presidência e a Vice-Presidência da República, na hipótese de vacância nos três primeiros anos do mandato, e mais 40 itens.

- ▶ **CDH Brinquedos adaptados**
11h A Comissão de Direitos Humanos pode analisar o PLS 382/2011, que dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida, e mais 13 itens.
- ▶ **CMA Animais em testes para cosméticos**
12h A Comissão de Meio Ambiente promove audiência sobre o PLC 70/2014, que proíbe o uso de animais em testes na indústria de cosméticos.
- ▶ **CRA Uso de transgênicos**
14h Na pauta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o PLC 34/2015, que desobriga indicação de ingrediente transgênico em alimentos, e mais 9 itens.
- ▶ **PLENÁRIO Fim do foro privilegiado**
14h O primeiro item da pauta é o segundo turno de votação da PEC 10/2013, que extingue o foro privilegiado por prerrogativa de função em caso de crimes comuns.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
• **Alô Senado:** 0800 612211
Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
• TV: senado.leg.br/TV



Eunício Oliveira, ao lado de Romero Jucá, preside votação nominal que aprovou texto com alterações feitas por deputados

Aprovada MP que altera unidades de conservação

Apesar de tentativa de obstrução, segue à sanção texto que divide a área da Floresta Nacional do Jamanxim, no Pará, para criação de área de proteção ambiental, com critérios de uso mais flexíveis

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem a medida provisória que altera os limites do Parque Nacional do Rio Novo e da Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim, ambos no Pará, desmembrando parte dos territórios para a criação de uma área de proteção ambiental (APA). A MP 756/2016 foi convertida no PLV 4/2017 e vai à sanção presidencial.

O texto também alterou os limites do Parque Nacional de São Joaquim (SC) e mudou seu nome para Parque Nacional da Serra Catarinense. A medida foi aprovada com a obstrução de senadores e a votação foi feita de forma nominal, após o pedido de verificação de quorum feito por Randolfe Rodrigues (Rede-AP). O senador disse considerar a MP “um dos mais graves crimes cometidos contra o meio ambiente no Brasil”.

— Estamos ofendendo a existência de uma unidade de conservação, de uma floresta nacional, e indo na contramão do que o planeta espera de nós. É uma das maiores ofensas da história à Floresta Amazônica e às unidades de conservação como forma de proteção da floresta e do meio ambiente.

Um parque nacional é uma unidade de proteção integral, que pode atuar em poucas atividades, como turismo. Já flona e APA integram o grupo das unidades de uso sustentável, que permitem outras atividades, desde manejo sustentável de extração de madeira até certas atividades de produção agrícola e extrativista. A flona permite apenas a presença de populações tradicionais, e as

áreas particulares incluídas no seu limite devem ser desapropriadas. Já a APA admite maior grau de ocupação humana e existência de área privada.

Randolfe acrescentou que ele e outros senadores farão obstrução a todas as MPs porque não consideram possível, diante das denúncias contra o presidente Michel Temer, manter normalidade no Congresso.

Novas áreas

O texto original da MP reduzia a área total da Flona do Jamanxim de cerca de 1,3 milhão de hectares para 557 mil hectares para o Parque Nacional do Rio Novo e 304 mil hectares para a APA do Jamanxim. Já o texto aprovado, que foi alterado na Câmara, aumenta para 486 mil hectares o total transformado em APA. A floresta fica com 813 mil hectares, mas não vai mais ceder área para o parque.

De acordo com o governo, a ideia da MP era diminuir conflitos em relação à implantação definitiva da Flona do Jamanxim, que enfrentou dificuldades para conter a exploração da região de forma ilegal por meio de desmatamento e garimpo.

João Capiberibe (PSB-AP) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disseram que os deputados desfiguraram a MP.

— As mudanças contrariam compromissos internacionais sobre clima e biodiversidade assumidos pelo Brasil. O Senado não pode sempre homologar o que a Câmara decide. Após a edição da MP, já houve invasões

na área — disse Capiberibe.

Cidinho Santos (PR-MT) defendeu as mudanças e teve apoio de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que disse que a criação da floresta foi feita sem os estudos necessários e que os moradores da região aguardam há 11 anos uma solução para as restrições impostas às atividades na área.

— Mais de mil famílias terão suas condições regularizadas.

O texto aprovado permite ao governo realocar, em terras disponíveis da União ou do Incra, na Amazônia Legal, os ocupantes de áreas rurais dentro da Flona do Jamanxim e do Parque do Rio Novo. Até assumir a posse das novas áreas, os ocupantes poderão continuar a exercer suas atividades econômicas.

Quando à regularização fundiária, a MP prevê as exigências de praticar cultura efetiva e de comprovar a ocupação pacífica, por si ou por seus antecessores, anterior a 1º de dezembro de 2004. A manutenção do título ficará condicionada à inexistência de desmatamento ilegal na área regularizada.

Serra Catarinense

Dalírio Beber (PSDB-SC), autor da emenda que excluiu áreas do Parque Nacional de São Joaquim, explicou que, em 2006, a Lei 13.273 incluiu no parque glebas de terras ocupadas por famílias de agricultores, fruticultores e agropecuaristas “sem o devido processo legal”, afetando também empreendimentos turísticos e de aproveitamento eólico. Por isso, a MP reverteu a ampliação do parque.

Criação de novas taxas para Zona Franca de Manaus vai a sanção

O Plenário aprovou ontem a medida provisória que institui duas novas taxas a serem cobradas pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). O texto (MP 757/2016) vai para a sanção presidencial.

A proposta busca melhorar a arrecadação da Suframa para compensar os prejuízos causados pela suspensão da Taxa de Serviços Administrativos (TSA), cobrada anteriormente na Zona Franca. A cobrança da TSA foi considerada ilegal pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2016.

O texto, relatado na comissão mista pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), cria, para substituir a TSA, a Taxa de Controle Administrativo de Incentivos Fiscais (TCIF), que incidirá sobre o ingresso de mercadorias estrangeiras e nacionais na área da Suframa, e a Taxa de Serviços, que custeará a prestação de serviços da autarquia, como atualização cadastral e armazenagem de cargas. Ficarão isentos da TCIF as microempresas, as operações comerciais relativas a livros e jornais, equipamentos médico-hospitalares, dispositi-

vo de tecnologia assistiva para deficientes e mercadorias que compõem a cesta básica vendida em Manaus, nas zonas de livre comércio e na Amazônia Ocidental. Também serão isentos a União, os estados da Amazônia Ocidental, o Amapá e os respectivos municípios, autarquias e fundações públicas.

Alterações

No relatório, Vanessa acolheu mudança, sugerida por Eduardo Braga (PMDB-AM), que permite o parcelamento do débito de empresas que gozam dos incentivos fiscais na Zona Franca de Manaus e foram penalizadas pelo não investimento em pesquisa e desenvolvimento. Outra alteração incluída foi a de que o governo federal não possa contingenciar as taxas arrecadadas pela Suframa.

Vanessa ressaltou que a medida, como aprovada, procurou equilibrar a arrecadação da Suframa. Braga disse que o órgão voltará a ter capacidade de investir em infraestrutura. Para Telmário Mota (PTB-RR), a mudança vai melhorar a operacionalidade da Zona Franca.

Limite de parque no Pará será alterado para construção de ferrovia

O Senado aprovou ontem alteração nos limites do Parque Nacional do Jamanxim, reduzindo-o em 852 hectares para adequá-lo à passagem da estrada de ferro EF-170, paralela à BR-163, ligando o Centro-Oeste ao norte do Pará.

O projeto de lei de conversão (PLV 5/2017) é resultado das alterações feitas pelo Congresso na MP 758/2016, e será enviado à sanção presidencial.

Aprovada em maio pela Câmara, a medida provisória também altera os limites da Floresta Nacional do Trairão, localizada nos municípios de Rurópolis, Trairão e Itaituba, no Pará; e da Floresta Nacional de Itaituba II, localizada nos municípios de Itaituba e Trairão, onde serão criadas as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) Rio Branco, Trairão e Carapuça.

Cidinho Santos (PR-MT) destacou a importância da MP para o desenvolvimento das Regiões Norte e Centro-Oeste.

— A aprovação desta MP

vai permitir que Mato Grosso possa, nos próximos dias, com autorização do governo federal, fazer a licitação para concessão da ferrovia do Ferrogrão, resolvendo um grande problema de escoamento da produção do estado — disse o senador.

A Ferrogrão terá 1.142 quilômetros, no trecho entre Sinop, na região produtora de grãos de Mato Grosso, e o porto fluvial de Miritituba (PA).

Remanejamento

A Câmara retirou o acréscimo de 51 mil hectares para o Parque Nacional do Jamanxim vindos da Área de Proteção Ambiental (APA) do Tapajós e reintroduziu no texto dispositivo que cria a APA do Rio Branco, com 101.270 hectares retirados do Parque Nacional do Jamanxim.

O texto prevê ainda que, instalada a ferrovia, as frações das áreas que não forem usadas deverão ser reintegradas às respectivas unidades de conservação originais.

Eunício diz que Senado acatará decisão do STF de afastar Aécio

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou ontem que recebeu o comunicado do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o afastamento de Aécio Neves (PSDB-MG) e disse que a Casa cumprirá

a decisão, sem recorrer. Ele acrescentou que cabe ao advogado do senador fazer a defesa.

Eunício disse que o Congresso continuará trabalhando normalmente, apesar da crise que envolve o presidente

Michel Temer, investigado em inquérito.

— A pauta de votações não pertence ao governo e as propostas em análise no Parlamento são de interesse do país. Como resposta do

Congresso à crise, precisamos fazer com que o Brasil volte à normalidade para manter a geração de empregos, de renda, para que o mercado possa ter confiança em investir no país — afirmou o senador.

Comissão vota hoje texto que reduz tarifa de água para família carente

De acordo com projeto, desconto será inversamente proporcional ao consumo de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo

ESTÁ NA PAUTA de hoje da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor uma proposta que cria a tarifa social de água e esgoto. Para famílias com renda per capita de até meio salário mínimo, o PLS 505/2013 prevê descontos inversamente proporcionais ao consumo.

O texto, do senador Eduardo Braga (PMDB-AM), unifica as regras que beneficiam as famílias de baixa renda incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, uma vez que a tarifa social de água e esgoto já é adotada em alguns estados e municípios.

O projeto recebeu voto favo-

rável da relatora, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que considerou a proposta um estímulo ao consumo consciente da água.

Na pauta da reunião, está também o PLC 113/2014, que faculta aos consumidores de serviços de energia elétrica, água encanada, telefonia e gás liquefeito a instalação de

medidores visando ao próprio controle do uso dos serviços. A medida pode ser adotada independentemente da existência de medidores instalados pelas distribuidoras e operadoras.

A proposta recebeu voto favorável do senador Gladson Cameli (PP-AC).

A comissão deve analisar ainda um projeto que obriga fabricantes de bebida alcoólica a incluir no rótulo o valor calórico dos produtos. O PLS 360/2014, do ex-senador Ruben Figueiró, tem como objetivo principal oferecer informações mais completas às pessoas que lutam contra a obesidade. O relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou voto favorável.

A reunião deliberativa da Comissão de Transparência será realizada após a sabatina do último indicado para compor a diretoria da Instituição Fiscal Independente (IFI), marcada para as 9h.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

DÊ SUA OPINIÃO

Projeto obriga empresas a vender plano de saúde individual

As operadoras podem ser obrigadas a vender planos de saúde individuais. É o que propõe Reguffe (sem partido-DF) no PLS 153/2017. Para ele, as empresas evitam vender planos individuais, "obrigando o consumidor a adquirir planos coletivos que não contam com garantias importantes". Entre essas garantias, estão o controle dos reajustes de preço e a impossibilidade de rescisão contratual unilateral.

Qual a sua opinião sobre o projeto? Vote em: <http://bit.ly/PLS153-2017>

Todas as propostas que tramitam no Senado Federal estão abertas à consulta pública por meio do portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

Comente também na página do Senado no Facebook: facebook.com/senadofederal



Mulher dá banho em filho com água de cisterna: projeto em análise prevê desconto na conta de água de famílias pobres

Projeto estabelece equipe mínima de enfermagem em hospitais

Proposta que regula o número mínimo de enfermeiros em serviços de saúde públicos e privados está na pauta de votações da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) de hoje. O projeto (PLS 448/2016) recebeu parecer favorável, com duas emendas, do relator, Eduardo Lopes (PRB-RJ).

Se for aprovado pela CAS, o texto será enviado ao Plenário.

A medida foi sugerida pela Federação Nacional dos Enfermeiros (FNE) e encampada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que assumiu a autoria do projeto. Ao justificar a iniciativa, a FNE apontou que

equipes de enfermagem pequenas nos serviços de saúde levam à sobrecarga de trabalho para o pessoal da área.

"O adequado dimensionamento das equipes de enfermagem é louvável do ponto de vista tanto da proteção dos trabalhadores dessa categoria profissional, quanto da garan-

tia da qualidade do serviço prestado ao paciente", avaliou Lopes, no relatório.

Com as emendas da CAS, estipula-se que será do Conselho Federal de Enfermagem a competência para estabelecer, por meio de regulamento, os parâmetros mínimos para dimensionar o pessoal de

enfermagem necessário.

Também podem ser votados hoje na CAS projetos sobre o exercício das profissões de protesista ortopédico (PLC 121/2015), técnico em biblioteconomia (PLC 15/2017), agente de turismo (PLS 55/2011) e gerontólogo (PLS 334/2013).

Presidente do Sarah fala sobre tratamento de microcefalia

A neurocientista Lúcia Willadino Braga, presidente da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, fará hoje uma palestra no Senado sobre a estimulação do neurodesenvolvimento na primeira infância da criança com microcefalia.

A palestra, que contará com a moderação do pediatra e neonatologista Nelson Diniz

de Oliveira, será às 15h no Auditório Petrônio Portella.

A Comissão de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz ligada à Presidência do Senado é responsável pela realização do evento, que faz parte do Ciclo de Palestras de Capacitação sobre a Primeira Infância.

Lisle Lucena, presidente da

comissão, explica que o ciclo de palestras é direcionado a profissionais de saúde e de educação.

Segundo ela, outra palestra abordando a microcefalia, com um representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), deve acontecer no dia 22 de junho.

Lisle também adiantou o

tema da 10ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, a ser realizada no segundo semestre, de 24 a 26 de outubro:

— Estaremos reunidos para falar da importância do trabalho dos profissionais de escolas públicas e abrigos, abordando o tema Cuidadores da Primeira Infância: Por uma

Formação de Qualidade.

As inscrições são gratuitas, mas as vagas são limitadas. Confirmações devem ser enviadas para o e-mail primeirainfancia@senado.leg.br, com nome completo, RG, CPF, telefones fixo e celular, profissão ou área de atuação e instituição representada, se for o caso.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Barroso: juiz deve pesar progresso e meio ambiente

Ministro do STF participou no Senado de evento internacional e disse que, muitas vezes, regras constitucionais são divergentes sobre proteção ambiental e desenvolvimento

ODIREITO AO meio ambiente saudável é um direito fundamental, defendeu ontem o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso. Ele destacou que, em alguns casos, no entanto, as normas constitucionais entram em choque e exigem ponderações.

Barroso participou do segundo dia do Colóquio Judicial sobre Constituição, Ambiente e Direitos Humanos: prática e implementação, promovido no Senado pelas Comissões de Meio Ambiente (CMA) e Mista sobre Mudanças Climáticas (CMMC). O evento teve parceria com instituições nacionais e estrangeiras.

O ministro falou aos colegas magistrados sobre o papel dos juízes na proteção do meio ambiente e a difícil tarefa de interpretar a Constituição em relação a esse aspecto.

Um exemplo, citou o ministro, foi a construção de uma hidrelétrica na Amazônia. De um lado, o empreendimento é considerado benéfico ao desenvolvimento, uma vez que aumenta o potencial energético do país e é mais seguro ambientalmente, se comparado a energias nucleares e termoeletricas. Do outro, a construção afeta uma área,

interferindo na população ribeirinha e causando impacto relevante sobre a fauna e a flora.

Segundo ele, a Constituição, neste caso, preconiza o desenvolvimento nacional ao mesmo tempo em que assegura a proteção do meio ambiente como direito fundamental.

— A construção da usina hidrelétrica na Amazônia testemunhou o embate de dois valores constitucionais, ambos previstos na Constituição. Na ocasião, o ônus ambiental da construção foi julgado menos prejudicial — ponderou.

Barroso explicou que nem sempre as causas ambientais

são ganhas, mas que é preciso “estar em condições de defender com argumentos, fatos, pesquisa e dados empíricos, por que razão o direito ambiental deve ter preferência no determinado caso concreto que esteja disputando com outros direitos”.

Para o ministro, é preciso eliminar a crença de que o desenvolvimento deva prevalecer sobre o meio ambiente.

Medidas judiciais

Durante a manhã, os conferencistas ainda opinaram sobre os progressos e desafios na garantia e implementação de dispositivos constitucionais

ambientais em diversos países. Os desembargadores Cândido Leal Junior e Antônio Souza Prudente falaram sobre as medidas judiciais e a eficácia nas sentenças ambientais brasileiras.

Na opinião de Leal, a Lei 7.347/1985, que trata sobre a ação civil pública, ocupa um papel importante no direito brasileiro para tutela preventiva e reparatória do equilíbrio ambiental.

— É o principal instrumento processual de que têm se servido os juízes brasileiros para transformar normas abstratas em realidades concretas em matéria ambiental — afirmou.

Prudente falou sobre a dificuldade de cumprimento das decisões judiciais. O desembargador citou o caso do conflito de terra em Anapu (PA), que teve como consequência trágica a morte da missionária Dorothy Stang. O caso foi julgado em 2013 e só agora a decisão poderá ser cumprida.

— Acabo de saber que em última instância a decisão foi de expulsar os grileiros de Anapu. Ações julgadas em matéria de defesa do meio ambiente, que envolvem questões específicas, precisam ser imediatamente cumpridas. Caso contrário, é impedir a eficácia do próprio julgado — criticou.



Senadores Jorge Viana e Rose de Freitas ouvem o ministro Barroso falar sobre a interpretação das regras constitucionais em casos de proteção ao meio ambiente

Criminalização de movimentos sociais é tema de debate amanhã

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) faz amanhã, às 9h30, audiência pública interativa para debater a criminalização dos movimentos sociais.

Em requerimento para a realização da audiência, Regina Sousa (PT-PI), que preside o colegiado, destacou que, embora os movimentos sociais, notadamente os do campo, tenham obtido êxitos nos tribunais superiores ao questionar a criminalização da luta social, isso não foi suficiente para evitar que muitos juízes e promotores ainda tratem a questão como caso de polícia.

De acordo com a senadora, o tratamento empregado nos protestos no meio urbano também não difere do quadro de repressão verificado no meio rural. O objetivo, segundo Regina, é “amedrontar, desmobilizar e neutralizar a dissidência política”.

— Avolumam-se casos de atuação violenta da polícia contra manifestantes, notícias de agentes estatais infiltrados nas mobilizações,

prisões e instauração de processos criminais — lamentou.

Convidados

Foram convidados para o debate o presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), Antonio José Maffezoli; o presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), Darci Frigo; e membros da Direção Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Secretaria-Executiva Nacional da Central Sindical e Popular — Conlutas e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Também participarão da audiência pública da CDH representantes da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), do Movimento de Mulheres Camponesas — Via Campe sina e da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Comissão analisa futuro da democracia no país

A Comissão Senado do Futuro debate amanhã, às 18h, as políticas relacionadas ao futuro da democracia no país.

Serão avaliados obstáculos para o desenvolvimento dos preceitos constitucionais relativos à democracia direta e à democracia participativa.

Os senadores e convidados devem discutir medidas necessárias para que a legislação e as práticas institucionais no Executivo, Legislativo e Judiciário sejam aprimoradas.

O pedido de audiência pública é do presidente da

comissão, Hélio José (PMDB-DF). Segundo o senador, os debatedores devem analisar propostas para “garantir a democracia na reforma política e eleitoral e na legislação relacionada à organização do Estado, à institucionalidade das políticas públicas e ao controle social tanto das instituições quanto das políticas públicas”. A democratização deve ocorrer assegurando-se que esses processos ocorram “respeitando as opiniões majoritárias e garantindo os direitos das minorias e segmentos sociais vulneráveis”.

Foram convidados para o debate o vice-presidente da Comissão Nacional de Defesa da República e da Democracia da OAB, Aurino Giacomelli; o professor Pedro Gontijo, da Comissão Brasileira Justiça e Paz da CNBB; e o representante do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) José Antonio Moroni, também membro da Coordenação Nacional da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Audiência discute semana de valorização da vida

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) discute amanhã em audiência pública a apresentação de um projeto de lei para instituir a Semana Nacional de Valorização da Vida.

A cada dia, 32 pessoas cometem suicídio no Brasil. O país ocupa o oitavo lugar em número de mortes desse tipo no mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). São 800 mil por ano, uma a cada 45 segundos. As causas são diversas, mas, de acordo

com a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), 90% dos casos são preveníveis por estarem associados a algum tipo de transtorno mental, como a depressão.

Premiada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) com o Microfone de Prata em abril, a reportagem da Rádio Senado “Prevenção do suicídio: é preciso falar. É possível salvar vidas”, da jornalista Paula Groba mostrou que o tema ainda carece de debate na sociedade brasileira,

que muitas vezes prefere o silêncio ao invés de discutir a prevenção desse tipo de mortes.

Foram convidados para a audiência pública a coordenadora de Comunicação do Centro de Valorização à Vida (CVV) — Brasília, Leila Herédia, e representantes do Ministério da Saúde e da Associação Brasileira de Psiquiatria.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Comissão aprova proposta para correção do FGTS pela taxa Selic

Voto em separado de Antonio Anastasia prevê ainda a rejeição de cinco projetos em tramitação que incluem novas possibilidades de saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

O SENADOR ANTONIO Anastasia (PSDB-MG) conseguiu aprovar ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) voto em separado a cinco projetos de lei do Senado (PLS 581/2007; PLS 466/2009; PLS 415 e 715/2015; e PLS 186/2016) que tratam de novas possibilidades de saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Nesse voto, Anastasia estabeleceu a revisão do saldo das contas do fundo pela taxa Selic e eliminou qualquer nova modalidade de saque, mesmo reconhecendo fins “nobres e meritórios” em algumas delas.

Na avaliação do senador, o maior problema do FGTS é o baixo rendimento de seus depósitos, inferior à inflação. Parte dessa situação foi contornada, conforme destacou no voto, por medida provisória que delegou ao Conselho Curador do fundo distribuir 50% do resultado positivo na forma de crédito nas contas vinculadas com saldo positivo em 31 de dezembro de 2016.

A aprovação do voto inviabilizou o relatório de Ana Amélia (PP-RS) recomendando a aprovação do PLS 581/2007, que prevê a correção dos depósitos com base no Índice



Anastasia considera que o maior problema do fundo é a baixa remuneração

Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) mais juros de 3% ao ano e a rejeição dos demais projetos.

A presidente da comissão, Lúcia Vânia (PSB-GO), e Pedro

Chaves (PSC-MS) elogiaram as medidas propostas por Anastasia.

A questão será analisada agora pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Avança data alternativa para concurso por motivo religioso

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem substitutivo de projeto do Senado que possibilita a realização de concurso público em dia alternativo ao agendado pelos organizadores para atender motivo de crença religiosa dos candidatos.

O parecer favorável ao PLS 564/2015, de Magno Malta (PR-ES), foi elaborado por Pedro Chaves (PSC-MS).

A proposta será votada agora pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Segundo Malta, cerca de 2 milhões de brasileiros não podem se submeter, por motivo de liberdade de consciência e fé religiosa, a concursos públicos programados para os sábados. Para atender esse público, o projeto determina a oferta de dia e horário al-

ternativos, compatíveis com as crenças desses candidatos.

O texto altera o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Federais (Lei 8.112/1990). Pelo substitutivo, a data de realização de concurso atenderá o interesse da administração pública, respeitado o direito de realização de provas em dia e horário distintos para os candidatos que assim o desejarem, por motivo de crença religiosa declarada.

Igualdade

A proposta também acrescenta dispositivo à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para estabelecer que, na definição de datas e horários dos processos seletivos para ingresso no ensino superior, também seja observado o direito de liberdade de consciência e de guarda religiosa dos candidatos.

Ao defender o PLS 564/2015,

Malta assegurou que a ação afirmativa contida no projeto não configura privilégio, mas estimula a igualdade de oportunidades a todos os cidadãos.

Durante o debate, a presidente da comissão, Lúcia Vânia (PSB-GO), informou que o Ministério da Educação já se antecipou à medida legal sugerida e providenciou a realização do Exame do Ensino Médio (Enem) em dois domingos seguidos.

— Embora a situação já tenha sido definida pelo MEC, a lei vem assegurar que isso seja algo permanente — considerou a senadora.

Ao final da votação, Telmário Mota (PTB-RR) registrou a preocupação de que essa iniciativa possa facilitar irregularidades em processos seletivos públicos. O senador ressaltou que a posição dele não vai contra os evangélicos, mas contra quadrilhas que costumam fraudar concursos.



Relator, Pedro Chaves deu parecer favorável ao projeto, aprovado na CE ontem

MEC deve explicar obstáculos para isenção de inscrição no Enem

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem requerimento de Fátima Bezerra (PT-RN) que pede informações ao ministro da Educação, Mendonça Filho, sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Segundo a senadora, houve uma redução de cerca de 2 milhões no número de inscritos no Enem entre 2016 e 2017. Ela atribui o fato ao aumento da taxa de inscrição — de R\$ 68 para R\$ 82 — e a supostas dificuldades impostas pelo MEC para acesso de estudantes de baixa renda à isenção de seu pagamento.

— Pedimos ao MEC que

prorroge as inscrições [encerradas na última sexta-feira] e desburocratize o processo [de isenção da taxa de inscrição] — explicou Fátima.

Audiências

Os outros dois requerimentos apresentados na comissão sugerem expositores para audiências públicas sobre o curso de graduação de enfermagem à distância e sobre a educação de crianças brasileiras no Japão.

Requerimento apresentado por Pedro Chaves (PSC-MS) propõe a participação de nove convidados em debate sobre a graduação de enfermagem à distância. Na lista, estão

representantes do Conselho Federal de Enfermagem, dos Ministérios da Educação e da Saúde, da Associação Brasileira de Educação a Distância, da Federação Nacional dos Enfermeiros, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde e da Associação Nacional das Universidades Particulares.

O terceiro requerimento, de Marta Suplicy (PMDB-SP), propõe a inclusão de assessor parlamentar Kilton José Oliveira Rocha, ex-professor das Universidades Sofia, em Tóquio, e de Ibaraki, na província de mesmo nome, no debate sobre a educação de

filhos de brasileiros no Japão.

A CE também fez a leitura de relatórios a dois projetos de Cristovam Buarque (PPS-DF), ambos com parecer favorável de Simone Tebet (PMDB-MS). O primeiro (PLS 746/2015) obriga o Executivo a enviar ao Congresso, a cada dois anos, relatório de avaliação sobre o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE). O segundo (PLS 124/2016) pretende envolver as universidades na alfabetização de jovens e adultos.

As propostas não foram votadas por falta de quorum e devem voltar à pauta deliberativa da CE na próxima semana.

Uso de animal em teste de cosmético é tema de debate

A proibição do uso de animais em testes na indústria de cosméticos, higiene pessoal e perfume será debatida amanhã em audiência pública da Comissão de Meio Ambiente (CMA). A iniciativa é do relator da proposta na comissão, Jorge Viana (PT-AC).

Pelo projeto (PLC 70/2014), os testes em animais somente serão permitidos em produtos com ingredientes que tenham efeitos desconhecidos no ser humano e caso não haja outra técnica capaz de comprovar a segurança das substâncias.

Para participar da discussão, foram convidados o coordenador-geral de Saúde e Biotecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique Pereira; o presidente da Associação Brasileira de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, Sergio Pompilio; o diretor do Departamento de Pesquisa e Toxicologia da Humane Society International, Troy Seidle; e a diretora técnica do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, Vania Plaza Nunes.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

DE SUA OPINIÃO

Extermínio de animais em canis poderá ser proibido

Está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto que proíbe o extermínio de animais recolhidos em canis (PLC 17/2017). Pelo texto, fica permitido apenas o sacrifício desses animais caso tenham doenças contagiosas.

Relator, Randolfe Rodrigues (Rede-AP) deu parecer favorável ao projeto, mas propôs a exclusão de artigo sobre controle de natalidade de cães e gatos.

Qual a sua opinião sobre o projeto? Vote em: <http://bit.ly/PLC17-2017>

Todas as propostas que tramitam no Senado Federal estão abertas à consulta pública por meio do Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

Comente também na página do Senado no Facebook: facebook.com/senadofederal